



# ORBIS

Boletim do  
LEPEB-UFF



**VOL.3 – Nº 9**  
**MAIO-AGOSTO/2025**  
**ISSN: 2965-2235**

## **Asfixia e decisões técnicas: A transição do modelo de segurança no México de Claudia Sheinbaum**

Danillo Avellar Bragança\*

No cenário contemporâneo, a ascensão de Claudia Sheinbaum ao poder marca um momento de inflexão estratégica: enquanto as administrações do início do século XXI (2000-2012) fundamentaram-se na espetacularização do confronto e na militarização ostensiva, o mandato atual propõe uma transição para o uso intensivo da inteligência técnica e da asfixia logística. Todavia, essa nova abordagem não opera em um vácuo político, mas sim sobre o escombro de uma "guerra às drogas" que fragmentou o monopólio da violência e institucionalizou uma dependência estrutural da arquitetura de segurança hemisférica norte-americana.

A problematização central reside na exaustão do paradigma da confrontação direta, cujo ápice sob a Iniciativa Mérida resultou na fragmentação atomizada dos cartéis e na subsequente escalada da letalidade. A transição para a asfixia logística proposta por Sheinbaum confronta o legado de uma estrutura de segurança pública que, ao priorizar o abate de lideranças, desestabilizou o mercado criminal e fomentou conflitos de baixa intensidade por todo o território nacional.

Este novo modelo técnico de inteligência pretende substituir a militarização performática por uma racionalização burocrática do combate ao crime, contudo, enfrenta a inércia de instituições historicamente permeadas pela simbiose com o narcotráfico. A questão fundamental que se impõe é se a sofisticação dos mecanismos de monitoramento financeiro possui densidade suficiente para restaurar a soberania em zonas de controle paraestatal ou se configura apenas uma reiteração das tecnologias de poder que historicamente falharam em reduzir o fluxo transnacional de substâncias ilícitas.

A tese sustenta que Claudia Sheinbaum promove uma sofisticação do aparato estatal ao substituir o militarismo performático de décadas anteriores por uma estratégia centrada na inteligência técnica e no monitoramento logístico. Esta mudança pretende racionalizar o uso da força pública para atingir a estrutura financeira dos cartéis. Contudo, o governo não rompe com a dependência estrutural da segurança hemisférica norte-americana.

### **O Legado da "Guerra às Drogas" (2000-2012)**

O modelo centrado na repressão estatal não apenas falhou em reduzir a oferta, como precipitou o surgimento das chamadas "Três Guerras", um conflito multidimensional que fragmenta o território nacional. No primeiro flanco, o Estado

enfrenta os cartéis em um cenário de militarização persistente que, ao eliminar lideranças isoladas, provoca a atomização de grupos ainda mais violentos. O segundo eixo manifesta-se no confronto fratricida entre os próprios cartéis pela hegemonia das rotas logísticas remanescentes. Por fim, a terceira frente emerge da exaustão da sociedade civil, que se vê forçada a organizar milícias de autodefesa diante da ausência de garantias fundamentais por parte das instituições legítimas.

A militarização institucionalizada durante a gestão de Felipe Calderón redefiniu a dinâmica da segurança pública ao transpor para o plano doméstico táticas e armamentos de natureza estritamente bélica. O emprego das Forças Armadas no combate direto resultou em uma fragmentação atomizada dos grandes cartéis, transformando estruturas centralizadas em células menores e mais agressivas. Essa segmentação impediu a estabilização do mercado criminal e provocou uma escalada geométrica da violência letal em territórios antes considerados periféricos. A substituição do policiamento civil por tropas militares não freou o fortalecimento do tráfico, mas sim institucionalizou o confronto como resposta primária. No desfecho desse processo, a dependência do aparato militar esvaziou a autonomia das instituições de justiça e converteu a segurança em um estado de exceção permanente.

A Iniciativa Mérida consolidou um modelo de soberania compartilhada que institucionalizou a presença de agências de inteligência e segurança norte-americanas em instâncias decisórias do Estado mexicano. Essa arquitetura de cooperação vinculou a ajuda financeira à adoção de tecnologias e protocolos operacionais estrangeiros, subordinando o planejamento doméstico às diretrizes da segurança hemisférica. A interferência transbordou a assistência técnica para se tornar um mecanismo de monitoramento constante da burocracia estatal. Assim, a autonomia de decisão sobre a política de drogas tornou-se refém de uma dependência logística e financeira que prioriza os interesses de segurança nacional de Washington. O resultado foi a cristalização de uma relação assimétrica onde o México cede espaços de soberania em troca de uma legitimidade externa que não se traduz em pacificação interna.

### **A Doutrina Sheinbaum**

O Sistema Nacional de Inteligência, peça central da Estratégia Nacional de Segurança 2024-2030, materializa o esforço de Claudia Sheinbaum em transitar de um modelo de confronto bélico para uma gestão técnica do fenômeno criminal. Desde o início de seu mandato, em 1º de outubro de 2024, a gestão propõe o fortalecimento das capacidades de investigação para superar a visão unicausal que reduzia o narcotráfico ao combate armado. A proposta baseia-se em quatro eixos fundamentais: atenção às causas sociais, consolidação da Guarda Nacional sob

controle militar, fortalecimento da inteligência e coordenação interinstitucional.

Durante a campanha presidencial, Sheinbaum defendeu que a segurança não deveria ser uma questão de mão dura ou autoritarismo, mas de integração tecnológica e redução da impunidade. Ela prometeu a criação de um Sistema Nacional de Inteligência que unificasse as informações das instituições de segurança pública para prevenir a violência e esclarecer crimes de forma mais eficiente. O objetivo declarado era modernizar o Estado para enfrentar não apenas as ameaças tradicionais, mas também o crime cibernético e as novas realidades do crime organizado.

Os feitos realizados até o início de 2026 consolidam essa infraestrutura através de reformas institucionais profundas. A publicação da Lei do Sistema Nacional de Investigação e Inteligência em Segurança Pública, em julho de 2025, estabeleceu metodologias uniformes para a geração de provas e tomada de decisões estratégicas. Houve também uma modificação no Artigo 21 da Constituição para integrar a Secretaria de Segurança e Proteção Cidadã (SSPC) diretamente nas tarefas de investigação, conferindo-lhe poder de monitoramento financeiro e análise forense.

Os resultados operacionais desse novo paradigma já apresentam dados mensuráveis. Até julho de 2025, a coordenação entre forças federais e locais resultou na detenção de mais de 25 mil pessoas por crimes de alto impacto e na inabilitação de 1.160 laboratórios clandestinos. Além disso, o governo lançou a campanha nacional preventiva *Aléjate de las drogas*, tratando o consumo de fentanil como uma questão de saúde pública e educação, integrando o sistema de inteligência ao rastreamento epidemiológico das adições.

A institucionalização técnica do atual mandato manifesta-se na centralidade política conferida à Secretaria de Segurança e Proteção Cidadã (SSPC). Este rearranjo burocrático busca consolidar uma "segurança real" pautada pela análise de dados e evidências forenses, afastando-se do espetáculo midiático que caracterizou as incursões militares de outrora. Ao migrar o poder decisório das cúpulas de defesa para uma estrutura civil de inteligência, o Estado mexicano tenta racionalizar a gestão do conflito. A reforma constitucional do Artigo 21, em 2025, legitimou essa transição ao permitir que a SSPC coordene o Sistema Nacional de Inteligência sob diretrizes puramente técnicas. O objetivo é substituir a narrativa da guerra por uma eficiência administrativa capaz de dismantlar redes logísticas sem a necessidade do confronto ostensivo. Trata-se de uma tentativa de institucionalizar a paz através da burocracia, embora os limites práticos dessa migração dependam da capacidade de resistência das corporações militares à nova hierarquia civil.

## O tema internacional do Fentanil

A emergência do fentanil reconfigurou a geopolítica das drogas ao substituir substâncias tradicionais, como a maconha e a cocaína, como o eixo gravitacional da crise bilateral entre México e Estados Unidos. Esta transição alterou a lógica da produção e do tráfico devido à natureza sintética do opioide, que dispensa grandes extensões territoriais de cultivo e permite uma logística de distribuição mais fragmentada e letal. Enquanto as drogas vegetais dependiam de ciclos agrícolas e rotas geográficas rígidas, o fentanil possibilita lucros exponenciais com volumes reduzidos, desafiando os mecanismos clássicos de interdição fronteiriça.

O controle desta substância tornou-se a prioridade absoluta de Washington, exercendo uma pressão transnacional sobre o governo mexicano por resultados imediatos na contenção de precursores químicos. O cenário atual revela uma assimetria renovada, onde a letalidade do fentanil serve como argumento para novas exigências de monitoramento técnico e intervenção indireta na soberania mexicana.

A rejeição de Claudia Sheinbaum à classificação dos cartéis mexicanos como organizações terroristas estrangeiras representa uma reafirmação categórica da soberania nacional. Esta postura revisita os fundamentos da Doutrina Carranza ao priorizar a não-intervenção e a igualdade jurídica entre os Estados. A presidenta argumenta que tal designação pelos Estados Unidos permitiria incursões militares unilaterais em solo mexicano, o que configura uma violação inaceitável da autonomia política do país. O embate diplomático reflete a resistência histórica do México contra o intervencionismo norte-americano travestido de cooperação securitária. Trata-se de uma defesa estratégica do Direito Internacional para impedir que o combate ao narcotráfico se converta em um pretexto para o controle territorial externo. Ao sustentar essa posição, o governo atual tensiona a relação bilateral para exigir reciprocidade no controle do fluxo ilegal de armas provenientes do norte.

O pragmatismo das extradições recentes sob a administração Sheinbaum consolida-se como uma moeda de troca estratégica na gestão da relação assimétrica com o governo Trump. O Estado mexicano intensificou a transferência de operadores de alto escalão do Cartel de Sinaloa e do Cartel Jalisco Nueva Generación para o sistema judiciário norte-americano. Esta movimentação visa arrefecer a retórica intervencionista e evitar sanções tarifárias que ameaçam a estabilidade econômica nacional. Ao autorizar o envio de figuras-chave, o governo sinaliza cooperação sem comprometer o discurso público de soberania interna. Conforme reportado pelo jornal El Universal<sup>1</sup>, estas extradições operam como uma

<sup>1</sup><https://www.eluniversal.com.mx/nacion/mexico-traslada-a-eu-a-29-reos-de-distintos-centros-penitenciarios-eran-requeridos-por-vinculos-con-organizaciones-criminales/>

válvula de escape diplomática diante da pressão por resultados imediatos no combate ao tráfico de fentanil. Trata-se de um realinhamento que prioriza a estabilidade bilateral em detrimento da centralização dos processos judiciais em território mexicano. É uma adaptação necessária à nova dinâmica política do vizinho do norte.

### **Limites e Perspectivas da "Reconstrução"**

A síntese deste processo revela que, apesar do refinamento técnico introduzido pelo governo Sheinbaum, a persistência da simbiose entre o aparato estatal e os ilegalismos continua a desafiar a plena restauração da autoridade pública. O redirecionamento estratégico para a inteligência financeira e a asfixia logística tenta desarticular as estruturas de poder paraestatal que se consolidaram durante o período de confronto ostensivo entre 2000 e 2012. Entretanto, essa transição institucional enfrenta a inércia de redes de corrupção e dependências econômicas que historicamente permeiam as instâncias de governança local e federal. A sofisticação burocrática atua sobre a superfície das operações criminais, mas as zonas cinzentas de cooperação entre agentes públicos e cartéis mantêm-se como um obstáculo estrutural à soberania interna.

O diagnóstico crítico aponta para a necessidade imperativa de uma democratização do debate sobre drogas que supere o paradigma do punitivismo e considere a autonomia regional como contraponto à hegemonia do Norte. A busca por soluções eficazes exige o fortalecimento de foros como a CELAC e a UNASUL, capazes de articular uma política hemisférica que não seja meramente reativa às demandas de segurança nacional de Washington. Somente através de uma coordenação multilateral baseada na reciprocidade e no respeito à autodeterminação será possível reduzir a sobrecarga dos sistemas de justiça e o custo social desproporcional pago pelas sociedades latino-americanas.

O prognóstico indica um risco latente de que o novo modelo de inteligência técnica torne a repressão mais invisível e automatizada sem, contudo, alterar as estruturas de desigualdade que sustentam o narcotráfico. A gestão administrativa do crime pode resultar em uma tecnologia de controle social que administra carências sem romper com o ciclo de exclusão de jovens nas periferias e comunidades indígenas. Sem uma reforma profunda das condições de vida e do acesso à cidadania real, a asfixia logística corre o risco de ser apenas uma atualização funcional de um discurso falido. O sucesso da reconstrução mexicana dependerá, portanto, da capacidade do Estado em substituir a economia dos corpos pela garantia efetiva da paz social.

**Referências:**

MÉXICO. Congresso da União. Lei do Sistema Nacional de Investigação e Inteligência em Segurança Pública. Cidade do México: **Diário Oficial da Federação**, jul. 2025.

MÉXICO. Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos. Reforma ao Artigo 21. Cidade do México: **Diário Oficial da Federação**, 2025.

MÉXICO. Governo Federal. Estratégia Nacional de Segurança 2024-2030. Cidade do México: **Secretaria de Segurança e Proteção Cidadã**, 2024.

EL UNIVERSAL. Extradicações operam como válvula de escape diplomática. **El Universal**, Cidade do México, 2025.

GOVERNO lança campanha Aléjate de las drogas com foco em saúde pública. **Comunicado Oficial SSPC**, Cidade do México, jul. 2025.

---

\*Doutor em Ciência Política (UFF) e coordenador-adjunto do LEPEB-UFF. E-mail: [danillo.braganca@yahoo.com.br](mailto:danillo.braganca@yahoo.com.br)